



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE-MA  
CNPJ. 01.558.070/0001-22  
MA 119 - Nº 1670 – AEROPORTO  
TRIZIDELA DO VALE-MA

LEI N° 114/2007.

Cria o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – **CONSELHO DO FUNDEB**, e dá outras providências.

### Capítulo I Das Disposições Preliminares

**Art. 1º.** Fica criado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – **CONSELHO DO FUNDEB**, no Município de Trizidela do Vale.

### Capítulo II Da Composição

**Art. 2º.** O conselho a que se refere o art. 1º é constituído por 08 (oito) membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminadas:

- I) um representante da Secretaria Municipal de Educação, indicado pelo Poder Executivo Municipal;
- II) um representante dos professores das escolas públicas municipais;
- III) um representante dos diretores das escolas públicas municipais;
- IV) um representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais de educação básica;
- V) dois representantes dos pais de alunos das escolas públicas municipais de educação básica;
- VI) dois representantes dos estudantes da educação básica pública;
- VII) um representante do Conselho Municipal de Educação;
- VIII) um representante do Conselho Tutelar.

**§ 1º** - Os membros de que tratam os incisos II, III, IV, V e VI deste artigo serão indicados pelas respectivas representações, após processo eletivo organizado pelos respectivos pares para a escolha dos indicados.

**§ 2º** - Os membros dos conselhos previstos no caput deste artigo serão indicados até vinte dias antes do término do mandato dos conselheiros anteriores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE-MA

CNPJ. 01.558.070/0001-22

MA 119 - Nº 1670 – AEROPORTO

TRIZIDELA DO VALE-MA

§ 3º - Os conselheiros de que tratam o caput deste artigo deverão guardar vínculo formal com os segmentos que representam, devendo esta condição constituir-se como pré-requisito à participação no processo eletivo previsto no § 1º.

§ 4º - Os representantes, titular e suplente, dos diretores das escolas públicas municipais deverão ser diretores eleitos por suas respectivas comunidades escolares.

§ 5º - São impedidos de integrar o **CONSELHO DO FUNDEB**:

I – cônjuge e parentes consangüíneos ou afins, até terceiro grau, do prefeito e do vice-prefeito, e dos secretários municipais;

II – tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes, consangüíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;

III – estudantes que não sejam emancipados; e

IV – pais de alunos que:

a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito do Poder Executivo Municipal; ou

b) prestem serviços terceirizados, no âmbito do Poder Executivo Municipal;

**Art. 3º** - O suplente substituirá o titular do **CONSELHO DO FUNDEB** nos casos de afastamentos temporários ou eventuais deste, e assumirá sua vaga nas hipóteses de afastamento definitivo decorrente de:

I – desligamento por motivos particulares;

II – rompimento do vínculo de que trata o § 3º, do art. 2º; e

III – situação de impedimento previsto no § 5º, incorrida pelo titular no decorrer de seu mandato.

§1º - Na hipótese em que o suplente incorrer na situação de afastamento definitivo descrita no art. 3º, o estabelecimento ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novo suplente;

§ 2º - Na hipótese em que o titular e o suplente incorram simultaneamente na situação de afastamento definitivo descrita no art. 3º, a instituição ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novo titular e novo suplente para o **CONSELHO DO FUNDEB**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE-MA  
CNPJ. 01.558.070/0001-22  
MA 119 - Nº 1670 – AEROPORTO  
TRIZIDELA DO VALE-MA

**Art. 4º** - O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução para o mandato subseqüente.

**Capítulo III**  
**Da competência do Conselho do FUNDEB**

**Art. 5º** - Compete ao Conselho do FUNDEB:

**I** - acompanhar e controlar a repartição, transferência a aplicação dos recursos do FUNDO;

**II** – supervisionar a realização do Censo Escolar e a elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Executivo Municipal, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do FUNDEB;

**III** – examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do FUNDO;

**IV** - emitir parecer sobre as prestações de contas dos recursos do FUNDO, que deverão ser disponibilizadas mensalmente pelo Poder Executivo Municipal; e

**V** – outras atribuições que legislação específica eventualmente estabeleça.

**Parágrafo Único** - O parecer de que trata o inciso IV deste artigo deverá ser apresentado ao Poder Executivo Municipal em até trinta dias antes do vencimento do prazo para a apresentação das prestações de contas junto ao Tribunal de Contas dos Municípios.

**Capítulo IV**  
**Das Disposições Finais**

**Art. 6º** - O **CONSELHO FUNDEB** terá um Presidente e um Vice-presidente eleitos pelos conselheiros.

**Parágrafo Único** - Não poderá ocupar a Presidência o conselheiro designado nos termos do art. 2º, I, desta Lei.

**Art. 7º** - Incorrendo o presidente do **CONSELHO DO FUNDEB** na situação de afastamento prevista no art. 3º, a Presidência será ocupada pelo Vice-Presidente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE-MA

CNPJ. 01.558.070/0001-22

MA 119 - Nº 1670 – AEROPORTO

TRIZIDELA DO VALE-MA

**Art. 8º** - No prazo máximo de 30(trinta) dias após a instalação do **CONSELHO DO FUNDEB**, deverá se aprovado o Regimento Interno que viabilize seu funcionamento.

**Art. 9º** - As reuniões do **CONSELHO DO FUNDEB** serão realizadas mensalmente, com a presença da maioria de seus membros, e, extraordinariamente, quando convocadas pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito de pelo menos um terço dos membros efetivos;

**Parágrafo Único** – As deliberações serão tomadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, nos casos em que o julgamento depender de desempate.

**Art. 10** – O **CONSELHO DO FUNDEB** atuará com autonomia em suas decisões, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal;

**Art. 11** – A atuação dos membros do **CONSELHO DO FUNDEB**:

**I** – não será remunerada;

**II** – é considerada atividade de relevante interesse social;

**III** – assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro, e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações; e

**IV** – vedo, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandado:

**a)** exoneração ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

**b)** atribuição de falta injustificada ao serviço, em função das atividades do conselho; e

**c)** afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do mandato para o qual tenha sido designado.

**Art. 12** – O **CONSELHO DO FUNDEB** não contará com estrutura administrativa própria, devendo o Município garantir infra-estrutura e condições materiais adequadas à execução plena das competências do conselho e oferecer ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos a sua criação e composição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE-MA

CNPJ. 01.558.070/0001-22

MA 119 - Nº 1670 – AEROPORTO

TRIZIDELA DO VALE-MA

**Parágrafo Único** – A Prefeitura Municipal deverá ceder ao **CONSELHO DO FUNDEB** um servidor do quadro efetivo municipal para atuar como Secretário Executivo do Conselho.

**Art. 13 – O CONSELHO DO FUNDEB** poderá, sempre que julgar conveniente:

**I** – apresentar, ao Poder Legislativo local e aos órgãos de controle interno e externo manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo;

**II** – por decisão da maioria de seus membros, convocar o Secretário Municipal de Educação, ou servidor equivalente, para prestar esclarecimento acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a trinta dias.

**Art. 14** - Durante o prazo previsto no § 2º do art. 2º, os novos membros deverão se reunir com os membros do Conselho do FUNDEB, cujo mandato está se encerrando, para transferência de documentos e informações de interesse do Conselho.

**Art. 15** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2007.

Gabinete do Prefeito Municipal de Trizidela do Vale (MA), 28 de fevereiro de 2007.

*Jânia de Sousa Freitas*  
Prefeito Municipal